

ADOÇÃO: ASPECTO JURÍDICO E SOCIAL

Francine Mitie Tanaka

Aluna da Faculdade de Direito – ITE/Bauru.

Orientador: Prof^a. Ms. Daniela Aparecida Rodrigueiro

Co-orientador: Giselle Yurie Tanaka

RESUMO

A obra objetiva discorrer sobre o tema da ADOÇÃO não somente quanto ao aspecto jurídico – tal como legislação, procedimento e requisitos – como social – qual seja, a importância do assunto para a sociedade que ainda resiste em abordá-lo. Busca, também, esclarecer situações que caracterizam mitos que obstam a propagação do instituto, por meio da narração de fatos concretos e sugestões. Por fim, tem como escopo principal despertar o interesse da sociedade para que a adoção deixe a penumbra e se transfira, definitivamente, para a realidade, sem preconceitos.

Palavras-chave: adoção, legislação, comportamento social, preconceito.

INTRODUÇÃO

O instituto da adoção decorre de uma necessidade social que deu origem a sua regulamentação. Preceitua a Constituição Federal, em seus artigos 227 e

229, que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, bem como ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Mesmo antes da atual Magna Carta, já em 1.965, a Lei Federal nº 4.665 regulamentava o instituto jurídico da adoção. Inicialmente, somente crianças de 0 a 06 anos eram passíveis de serem adotadas.

Dispõe, ainda, o atual ordenamento jurídico brasileiro, de um Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069 de 1.990 - para sua proteção integral, no qual se reafirmam os deveres dos pais de sustento, guarda e educação dos filhos menores, além de outros. Se o pai ou a mãe abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos reiteradamente, castigá-los imoderadamente, abandoná-los ou praticar atos contrários à moral e aos bons costumes, perderá o pátrio poder (hoje denominado “poder familiar”, com o advento no novo Código Civil em 2.002) e seus filhos serão colocados em família substituta.

É o Ministério Público que promove ação para desclassificar os pais biológicos. A adoção é assistida pelo Poder Público. O Conselho Tutelar encaminha à Casa de Abrigo (antigo “orfanato”) a criança que sofre abuso sexual, perigo de vida, risco de saúde, desnutrição, entre outros casos. Antes disso, porém, os conselheiros visitam a família para tentar regularizar a situação: orientam os pais, providenciam recursos, além de encaminhá-los a tratamentos (médicos ou contra o alcoolismo, por exemplo) ou a empregos. Isto porque a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente priorizam a manutenção da criança na família natural. A maior dificuldade encontrada no âmbito familiar é a carência de recursos, não tão-somente materiais, como também morais (exemplificando: valores, compromisso e educação).

A falta de recursos materiais não possui tanta relevância quanto à ausência de recursos afetivos, que, por si só é motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar. Tais medidas, no entanto, necessitam de uma decisão judicial para serem concretizadas. Isto representa a perda legal da responsabilidade dos pais sobre os filhos.

É importante observar que o tema tem relação com outros dois, o da “guarda” e da “tutela” (os quais não se confundem).

A guarda não implica perda ou suspensão do poder familiar, e pode ser revogada a qualquer momento. Apesar de se tratar de ato voluntário:

Obriga à prestação de assistência previdenciária, material, moral e educacional à criança, ou ao adolescente, conferindo

ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais (1990, p.17).¹

A tutela pressupõe prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, dela decorrendo necessariamente o dever da guarda, o qual cessa quando o tutelado completar 18 anos.

A perda ou a suspensão do poder familiar pode se apresentar por diversas razões, dentre as quais o abandono, que se caracteriza por diversas formas:

Abandono “voluntário” por interferência externa ao grupo familiar (situações sociais, econômicas e culturais agravam a sobrevivência familiar pressionando a expulsão natural de seus membros – ex.: fugas do lar);

Abandono “espontâneo” por interferência externa e interna ao grupo familiar (situações sociais, econômicas, familiares e culturais externas agravam o abandono, somando-se a tensões internas, como, alcoolismo, drogadição e violência no grupo familiar – ex.: exploração sexual).

Abandono por intervenção jurídica no grupo familiar (condições familiares e/ou individuais de violência intrafamiliar, de alcoolismo e drogadição colocam em risco as crianças e/ou adolescentes, obrigando a interferência da lei mediante denúncia – ex.: maus-tratos).

Abandono como decisão solitária (dificuldades sociais, familiares e afetivas levam o indivíduo a decidir-se pelo abandono da(s) criança(s) sob sua responsabilidade sem o desejar – ex.: entrega do filho para a colocação familiar, objetivando uma situação social melhor).

Abandono como direito (o desejo de abandonar por não possuir disponibilidade afetiva em relação à(s) criança(s), embora existam condições financeiras para sustentá-la(s) - ex.: crianças que vão também para a adoção).

Abandono como estratégia de sobrevivência (o desejo de oferecer o melhor para a(s) criança(s) torna o abandono, quando surge a ocasião, um ato de amor – ex.: crianças que vão para adoção com a aquiescência materna).²

1 TÜRCK, M. da G. M. G. *Serviço Social Jurídico: Perícia Social no Contexto da Infância e da Juventude: manual de procedimentos técnicos*. 1. Ed. Campinas: Livro Pleno, 2000.

2 Ajuda Brasil. Disponível em: <<http://www.ajudabrasil.org/6.401.html#01>>

É necessário salientar que o abandono vem acompanhado de violência, quer emocional, quer física.

Valéria Diez Scarance Fernandes Goulart discorre sobre o tema de tortura contra crianças e adolescentes em sua obra *Tortura e Prova no Processo Penal*, na qual afirma que as sevícias mais comuns consistem em agressões (com tapas, socos, chutes, varas, palmatórias, cintas, arames, paus e outros objetos, além de se jogar a criança contra a parede ou não), queimaduras (com cigarros, ferros em brasa, água/óleo ferventes e chama do fogão), cortes, extração de unhas, trancamento em locais escuros, privação de água/comida e violência sexual (GOULART, 2002, p. 74).

Revela, ainda, que, muitas vezes, a vítima tem medo de relatar os fatos por medo dos agressores. Estes, por sua vez, tendem a tratar a vítima como se fosse um objeto, fazendo-a crer que é a responsável pela violência, à medida que descumpriu uma regra familiar. Dessa forma, justificam sua conduta para si mesmos e terceiros, como se estivessem exercendo seu dever de correção. Os motivos que levam o adulto à violência normalmente são insignificantes: o choro do bebê, o fato de a criança urinar nas calças, uma resposta mal dada, a desobediência de alguma ordem etc., e quase sempre as torturas são constantemente aplicadas.

Os maus-tratos emocionais, por seu turno, “*se caracterizam por situações de opressão, amedrontamento, negação das condições de satisfação das necessidades básicas e afetivas*” (TÜRCK, 2000, p. 50).

Em tais situações, é necessário, além de uma prova pericial para atestar os vestígios físicos, um laudo psicológico. Para a elaboração deste, é importante uma visita domiciliar com o fito de se detectar como é o relacionamento familiar (se a vítima apresenta temores, medo ou receio em relação ao agressor).

Os requisitos da adoção são: consentimento dos pais biológicos - salvo se já decretada perda do poder familiar (neste caso, esta será dispensada), consentimento do adotando e estágio de convivência (este último também desnecessário em determinados casos, os quais citaremos mais adiante).

É indispensável que o adotante seja maior de dezoito anos, e dezesseis anos mais velho que o adotando. Ficam impedidos: os avós de adotarem o neto, os irmãos de adotarem irmão e o tutor de adotar o tutelado. Não há previsão de adoção por homossexuais, ficando a autorização a critério do juiz responsável. Outra restrição etária é que o adotando deve ser menor de 18 anos.

É ilegal o registro de uma criança como própria se esta for nascida de outrem. A prática, conhecida por “adoção à brasileira”, configura crime previsto no artigo 242 do Código Penal, penalizado com reclusão de dois a seis anos.

O procedimento da adoção é singelo. O interessado em adotar deve se dirigir até à Vara da Infância e Juventude portando sua carteira de identidade e comprovante de residência, agendar uma entrevista com o setor técnico, onde

receberá uma lista dos documentos de que a vara necessita para dar continuidade ao processo – que variam de vara para vara; todavia, geralmente são³: cópia autenticada da certidão de casamento ou nascimento, cópia da carteira de identidade, cópia do comprovante de renda mensal, atestado de sanidade física e mental, atestado de idoneidade moral assinada por duas testemunhas, com firma reconhecida e atestado de antecedentes criminais. Na entrevista, deverá preencher a ficha de triagem, podendo selecionar o tipo físico, idade e sexo da criança, quando, então, a integrar uma lista de espera até aprovação da ficha, quando estará apto a adotar.

O critério para a habilitação dos candidatos é técnico e jurídico. O primeiro tem como responsável o assistente social, que promoverá encontros com o casal para compreendê-los, individualmente, como pessoas, e como casal. A decisão final será do juiz.

Na apreciação do pedido de adoção, leva-se em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade. Sempre que possível, a criança, ou adolescente, será previamente ouvida e a sua opinião devidamente considerada. Não se deferirá colocação em família substituta à pessoa que revele incompatibilidade ou não ofereça ambiente familiar adequado.

Por vezes, a Justiça necessita de um conhecimento técnico específico para subsidiar uma decisão judicial. Nestes casos, busca-se o auxílio de outras disciplinas profissionais através da perícia - *meio pelo qual pessoas entendidas e sob compromisso verificam fatos interessantes à causa, transmitindo ao juiz o respectivo parecer* (Santos, 1937, p. 474) que, embora não possua poder decisório legal, pode influenciar na prolação da sentença.

A Perícia Social é uma especificidade do Serviço Social, prevista no Código de Ética, Capítulo VI, artigo 19: “Das relações do Assistente Social com a Justiça - Apresentar à Justiça, quando convocado na qualidade de perito, ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos nesse código”. Trata-se da verificação e da interpretação da situação a ser avaliada. Aos assistentes sociais, no exercício do papel pericial, é garantida a livre manifestação do ponto de vista técnico. Devem, outrossim, encaminhar sugestões ao juiz apenas para subsidiar a sentença, tendo em vista que o laudo não vincula o magistrado.

É possível, por meio de uma avaliação pericial, o engajamento a Redes Sociais para evitar o abandono. Para tanto, deve-se verificar: a) a situação familiar - analisando aspectos socioeconômicos e aspectos interacionais de seus membros; b) as necessidades básicas e maneira de superá-las; c) o papel da religião como influência na conduta da família; d) o nível de consciência de cidadania; e) a participação

3 TÜRCK, M. da G. M. G. *Serviço Social Jurídico: Perícia Social no Contexto da Infância e da Juventude: manual de procedimentos técnicos*. 1. Ed. Campinas: Livro Pleno, 2000.

dos pais em algum tipo de associação que possa apoiá-los nas necessidades; f) a situação civil dos pais, grau de ensino e salário; g) o grau de apatia frente a situações difíceis; h) a idade dos pais, dos irmãos e agregados; i) os tipos de recursos comunitários que utilizam; j) o alcoolismo e/ou problemas de saúde mental e outro problema de saúde que possa interferir em toda a dinâmica familiar; k) a potencialidade familiar no enfrentamento dos problemas cotidianos; l) as perdas afetivas significativas; m) a violência intrafamiliar.⁴

É importante que a entrevista realizada pelos assistentes sociais com a família alcance o objetivo da perícia, qual seja, esclarecer o motivo que levou a criança, ou adolescente, à Justiça. O entrevistado relatará seu sentimento ao profissional que, por sua vez, deverá abordar as questões do conflito que repercute nos aspectos interacionais, na situação sócio-familiar e afetiva.

Na avaliação social daquele que almeja a adoção, é necessário obter informações, entre outras, sobre sua interação com o grupo familiar de origem, sua história como criança, adolescente e adulto, seus aspectos culturais e religiosos que possam interferir na decisão, sua situação futura frente à criança (contar ou não sua origem), sua situação financeira capaz de suprir alimentação, educação e lazer, sua responsabilidade e capacidade emocional para lidar com as situações estressantes que possam surgir em relação ao adotando.

Cumpre-nos ressaltar que é muito importante analisar cuidadosamente os motivos que levaram à idéia da adoção. E, no caso de esterilidade de um dos cônjuges, o motivo que levou o outro cônjuge a abdicar de ter seu próprio filho.

A autoridade judiciária estabelecerá um prazo, de acordo com as peculiaridades do caso, para estágio de convivência que deverá preceder a adoção. Este, entretanto, poderá ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade ou se, qualquer que seja a sua idade, já estiver na companhia do adotante durante tempo suficiente para se poder avaliar a convivência da constituição do vínculo.

A adoção internacional, seja por brasileiro, seja por estrangeiro não residente no país, apresenta como requisitos: o estágio de convivência (indispensável), a habilitação para adoção segundo as leis do país de origem, o estudo psicossocial realizado por agência credenciada, os documentos traduzidos para a língua portuguesa e a análise prévia pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional.

A adoção somente será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos, produzindo seus efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença, momento em que será atribuída ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes – salvo os impedimentos matrimoniais. Importa lembrar, neste passo, que, em face da atual Constituição

4 TIBA, I. Quem Ama, Educa! 51.ed. São Paulo: Gente, 2002.

Federal, ficam proibidas quaisquer discriminações relativas à filiação. Finalizado, pois, o procedimento da adoção, esta se torna irrevogável, e a morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais biológicos.

Embora a sociedade tenha evoluído, dando abertura para aceitar e discutir os mais variados assuntos com menos preconceito, o tema “adoção” ainda é um assunto delicado a ser colocado em prática, em razão dos reflexos de mitos antigos.

Tendo em vista sua importância, a Lei Federal nº 10.447 instituiu, no Brasil, no ano de 2.000, a data de 25 de maio como sendo comemorativa do Dia Nacional da Adoção. Diversos profissionais atuantes na área social empenham-se para desmistificar a matéria e promover a inclusão social de pais e filhos adotivos. Buscam, também, educar a sociedade, incutindo nela uma nova cultura sobre a adoção, investindo em conhecimento, informação e apoio. Pretende, ainda, formar no íntimo das pessoas o verdadeiro sentido da palavra “adotar”, que nada mais é do que amar de verdade.

Consoante entendimento entre os estudiosos do assunto, a adoção resulta do amor. Crianças adotadas são filhos do coração. O que muda é a origem, e isso não importa para elas. A inexistência de laços genéticos não invalida as relações parentais. Nada do que é passível de acontecer como filho adotivo deixa de ser com o filho biológico. Procriar é um momento; criar é um processo. Procriar é fisiológico; criar é afetivo.

Os motivos da adoção são diversos: solidão, esterilidade, ajuda aos necessitados, forma de salvar o casamento, medo de gravidez, perda de filhos, promessa dentre outros. É lastimável que grande parte do desejo de adoção resulta da impossibilidade de gerar biologicamente. Contudo, o critério primordial para a oficialização da adoção é o bem estar da criança, pois o que se procura é uma “família para a criança”, e não uma “criança para o casal” - muitas vezes, o casal se faz ouvir descrevendo seus sonhos e fazendo a escolha da exata aparência de cor, sexo, condições físicas e de saúde.

As qualidades supramencionadas não poderiam ser garantidas nem para um filho biológico. Portanto, o essencial é que o casal reflita em relação à sua decisão e que ambos estejam seguros de sua vocação maternal e paternal. Ademais, é importante que o adotante possua a vontade de exercer a paternidade, e não caridade por mera compaixão.

Relativamente à indagação sobre ser um dever, ou não, contar à criança sobre sua adoção, a resposta é unânime entre os estudiosos do assunto no sentido de que se deve contar a verdade sobre sua origem.

Para Içami Tiba, psiquiatra e autor do livro *Quem ama, educa!*,⁵ não se deve esconder a verdade dos filhos adotivos, apesar dos receios que os pais adotivos

5 FORTALEZZA, L.L. Adoção vai ser desmistificada nas escolas da rede municipal. Jornal da Cidade, Bauru, 24 mai. 2004.

possam sentir. Ademais, acrescenta: *“Acredito que o filho deve saber a verdade, pois não é possível manter o segredo eternamente. Alguém da família ou mesmo um ‘amigo’ acaba soltando a língua. Por maldade ou ingenuidade”* (TIBA, 2002, p. 226).

A psicóloga Maria José Barbosa de Golbi, presidenta do Grupo de Apoio à Adoção Amigos da Vitória,⁶ da cidade de Bauru, diz que os pais adotivos têm a obrigação de dizer qual é a origem da criança e, se ela quiser, têm a obrigação de levá-la para conhecer os pais biológicos.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente, preceitua que o direito à filiação é personalíssimo, imprescritível e irrenunciável, que atinge todos os filhos, independentemente de sua origem. Desta forma, negar ao filho adotivo o direito de buscar sua filiação biológica é contrariar norma legal.

Todavia, existe um Acórdão do Tribunal de Santa Catarina⁷ no sentido negativo em relação à possibilidade de o filho adotivo intentar ação de investigação de paternidade. Vejamos:

Formalizada a adoção, este gera uma série de efeitos pessoais para o adotado, cessados quaisquer vínculos com a antiga família, vínculos estes que passam a ser estabelecidos com a nova família. A situação equivale, em termos gerias, ao renascimento do adotado no seio de uma outra família, apagado todo o seu passado. Nessa conjuntura, adotada a menor investigante, reveste-se de impossibilidade jurídica a sua pretensão à investigação de paternidade biológica, pois que esta, pra todo e qualquer efeito jurídico, resultou também apagada.

Ante tal confronto relacionado ao tema, entende-se que é possível tal ação. Contudo, a sentença a ser prolatada será meramente declaratória, não tendo como finalidade gerar direitos ou obrigações, sejam esses patrimoniais ou sucessórios, sob pena do instituto da adoção estar fadado ao insucesso.

Eliminada a dúvida quanto a contar ou não a verdade ao adotado, outro ponto duvidoso é o momento e a forma de contá-la. Na obra Quem Ama Educa!, sustenta-se que o melhor momento para falar é quando a criança pergunta sobre gravidez, parto e nascimento. Afirma, ainda: “cada criança pergunta conforme sua curiosidade e capacidade. Volta à pergunta mais tarde enquanto não estiver satisfeita com a resposta. É natural que ela queira saber de onde veio” (TIBA, 2002, p. 226).

Desta maneira, agiu o casal Pedro e Clarice, que deram ciência ao filho de sua condição de adotado, desde o início: “Nós não queríamos que um dia ele ficasse revoltado por ter sido enganado”, explica Pedro, funcionário do Hospital

6 Disponível em: < <http://www.jurisite.com.br/noticia27.htm> >

Centrinho/USP da cidade de Bauru, que recebeu orientação da equipe de psicólogos e assistentes sociais ao adotar Fernando, paciente do mesmo hospital.

Afirma-se, entre os entendedores do assunto, que dizer ao filho a verdade sobre sua história é mais fácil do que negá-la ou desfigurá-la, bastando que seja bem dita, porquanto não machuca quando associada ao afeto. Sabe-se que verdade é garantia de respeito, de amor; e o amor ao filho independe de sua origem. Sustenta-se que há formas diferentes de amar pessoas diferentes (a diferença não tem a ver com quantidade – até por ser impossível quantificar emoções). Diz-se que o afeto é pessoal, na sua forma, intensidade, qualidade e duração. Aclama-se que o medo de que o filho não os ame verdadeiramente, bem como o de vê-lo rejeitado pelos familiares e por toda a sociedade, são argumentos da negação, pelos pais, da identidade ao filho.

Contudo, se o casal estiver seguro quanto à capacidade de assumir responsabilidades com amor, não há o que temer.

É importante lembrar que uma boa integração relacional pode contribuir muito para superar todos os conflitos, inclusive no momento em que o filho adotivo argumentar que está sendo contrariado pelos pais “por ser adotado”. Neste ponto, preleciona Içami Tiba, os pais devem ser firmes e exigir desculpas. A maior parte dos problemas dos adotados, todavia, não se deve à adoção, mas a questões educativas, como falta de regras e ausência de limites e responsabilidades.

Por fim, homenageando preceito constitucional, ressalta-se que o mais importante na adoção é que não haja diferença entre filhos biológicos e adotivos. É essa naturalidade que dá segurança afetiva ao adotado. Assim, quanto menor a diferença de tratamento filial, menor será os conflitos resultantes da adoção.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, C. **Caminhos da Adoção**, 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002
- FORTALEZZA, L L **Adoção desmistificada nas escolas da rede municipal**, Jornal da Cidade, Bauru, 24 mai. 2004.
- GOULART, V D S F; FERNANDES, AS; SILVA MAM. **Tortura e prova no processo penal**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARAES, GSA, **Adoção Tutela e Guarda**, 2 ed, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.
- GRANATO, EFR; ALEMIDA JL; FREIRE, F. **Adoção doutrina e prática**. 1ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- SOUZA, HP. **Adoção é doação**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2003.
- TIBA, I. **Quem Ama Educa!** 51ed. São Paulo: Gente, 2002.
- TÜRCK, M da GMG. **Serviço Social Jurídico**. 1ed. Campinas: Livro Pleno, 2000.
- VALIKO, F A B. **Adoção à Luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e o novo Código Civil**. www.advogado.adv.br/artigos/2003/adoacao.htm. Acesso em 12 de jul. 2004.
- VENOSA, S. de S. **Direito Civil – direito de família**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2001.